

A ESCRAVIDÃO NEGRA AMAZÔNICA À FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS, “MOCAMBOS”*

Thayane Karolyne M. Abreu**

RESUMO: Este artigo vem enfatizar a importância do escravo negro no contexto histórico que vai desde a resistência, escravidão até a constituição de quilombos, em particular, no rio Amazonas. Visto, qual a importância esses negros tiveram para a construção de um processo histórico amazônico marcado pela valorização da mão-de-obra indígena.

Palavras-chave: Escravidão negra, construção de quilombos, fuga por “sedução”, quilombo/meio ambiente.

INTRODUÇÃO

As questões relacionadas ao escravismo na Amazônia perpassam por intensos conflitos, ações institucionais e membros que, ao primeiro olhar desatento, pode não responder pela realidade vivida à época. Desta maneira, com o auxílio da obra de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, intitulada “Liberdade por um fio”, tentar-se-á, no decorrer do presente artigo, remonta alguns fatos e acontecimentos importantes que configuraram a situação do negro escravo na região amazônica, mais especificamente na província do Grão-Pará, a partir do século XVIII e início do século XIX.

É nesta perspectiva que debruçou-se na presente pesquisa, no intuito de estabelecer uma relação entre a utilização da mão-de-obra indígena e dos negros escravos, que compuseram a base da produção econômica da época em estudo. Por outro lado, no intuito de identificar as evidências da intensa presença da mão-de-obra escrava africana, destacar-se-á no decorrer deste

* Artigo apresentado como requisito para obtenção de nota na disciplina Historiografia da Amazônia, ministrada pelo Professor Dr. Fernando Arthur (Faculdade de História/UFGA).

** Aluna do curso de História, Bacharelado e Licenciatura, da UFGA.

estudo alguns aspectos relacionados aos quilombos, suas tradições e manifestações culturais.

Por fim, tecer-se-á breves considerações desta autora na busca de uma análise conjuntural daquela época, contribuindo ou suscitando o interesse de outros pesquisadores pela temática apresentada.

No livro “Liberdade por um fio”, de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, dedicam um capítulo de Eurípedes A. Funes que é “nasci nas matas, nunca tive senhor”, relata o objetivo deste capítulo que é fazer algumas abordagens sobre as sociedades quilombolas, em especial no baixo Amazonas, cuja permanência se concretizou nas várias comunidades negras rurais hoje estabelecidas nos rios e lagos da região. Nem todas as sociedades formadas pelos negros fugidos da escravidão desapareceram com a extinção de seus respectivos quilombos.

Buscando assim a compreensão do processo histórico que passa pela resistência escrava e pela constituição dos quilombos como contraponto à sociedade escravista, sendo eles agentes de um processo histórico marcado pela resistência e pela constituição de um espaço social alternativo ao mundo do senhor, onde ser livre foi a experiência maior.

É importante evitar que se tomem apenas experiências narradas por uma comunidade como princípio único organizador de sua história, o que pode levar a uma visão romântica do processo histórico, tornando o oprimido magicamente único sujeito. Muitos negros, ao fugirem da escravidão buscavam as “águas bravas” dos fluentes da margem esquerda do rio Amazonas, onde constituíam vários mocambos, que existiram ao longo do século XIX.

Na Amazônia a escravidão negra não foi tão expressiva, em termos quantitativos, quanto nas regiões açucareiras, mineradoras ou cafeicultoras. Todavia, mesmo dividindo o mundo do trabalho com o indígena, o negro constituiu parcela significativa da mão-de-obra, em especial na agropecuária, serviços domésticos e atividades urbanas.

No livro “Cartas do Solitário” de A. C. Tavares Bastos que tem sua publicação de 1935, escreve que nos conscientiosos e profundos estudos sobre o regime colonial o Sr. Lisboa (Jornal de Timon) recorda-nos que os “africanos”, como gado, ou mercadoria, marcavam-se carimbavam-se para não se confundirem uns com os outros “... Se cometiam crimes, julgavam em voz, sem forma nem estrepito de juízo. O mesmo escritor refere-se a mortalidade desmensurada dos escravos, provenientes de serviços, malefícios cruéis e alimentos estragados ou insuficiente. Essa desgraçada condição, tem por ventura melhorado depois da independência? É o que parece difícil responder.

A escravidão ostenta diariamente as mesmas cenas edificantes: suicídio, crueldades, assassinatos. Pessoas livres também são reduzidas ao cativeiro. As folhas públicas, em fins do ano passado, falaram de um mísero proprietário de terra, cuja fazenda a polícia descobriu sepultados 54 escravos que sucumbiram a toda sorte de flagelos. Por outra parte, o sistema penal da lei de 10 de junho de 1835 resiste a todas as exigências de reforma, nem conseguiu triunfar uma modificação do processo de recursos proposta em 1857 pelo ministro da justiça.

Para Eurípedes A. Funes a presença da mão-de-obra escrava no baixo Amazonas tornou-se mais efetiva a partir da segunda metade do século XVIII, com os incentivos governamentais através da Companhia do Comércio Grão-Pará e Maranhão, que estabeleceu uma relação direta entre os portos africanos e norte do país. Ali o negro foi empregado na lavoura cacaueira, em especial até metade do século XIX, posteriormente na agricultura e sobretudo na pecuária. Ao longo desse período, a escravidão se verificou também nas atividades domésticas. Aos poucos o africano passou a fazer parte do cotidiano da sociedade amazônica.

Com base na documentação cartorial e paroquial levantada em Santarém, Alenquer e Óbidos, a maioria dos escravos africanos identificados veio do Sudoeste/Centro da África, predominando os de “nação” Angola, Congo, Cassange, Beijogo, Guené, Benguela, aparecendo em menor número os de Mina e Moçambique, entre outros. Em uma região nova, num habitat marcado predominantemente por matas, água e longas distâncias, escravo

africano foi encontrando meios de superar as adversidades e adaptar-se a uma nova sociedade, tornando o seu cotidiano e a sua convivência mais suportável.

A leitura dos bens arrolados nos documentos demonstrou que as propriedades rurais no baixo Amazonas, em sua maioria, eram desprovidas de construções em alvenaria. Geralmente, as casas de vivendas eram construídas de madeira, pau-a-pique ou adobe, cobertas de palhas. Nenhum deles faz menção a senzalas fortificadas ou a casas de escravos. Essas, em sua maioria, deveriam ser construídas de palha de palmeira, sem valer o bastante para serem arroladas entre os bens.

As longas distâncias entre as propriedades, as dificuldades de comunicação e o número reduzido de escravos nos plantéis contribuíram para uma convivência mais próxima entre escravos e senhores, e aqueles souberam valer-se dessas condições. A constituição da família foi a primeira forma encontrada pelo escravo, em seu universo social, de amenizar as adversidades, pois “dentro do precário acorda que o escravo extraía dos seus senhores, o casar-se significava ganhar mais controle sobre o espaço de moradia”.

Esses espaços de autonomia eram buscados, também, nos momentos de lazer, em que diferentes elementos culturais se mesclavam. Valendo-se das festas religiosas, os escravos cultuavam seus santos, cantavam e dançavam, o que muitas vezes gerava indignação de padres e “homens da sociedade”. As fontes documentais têm demonstrado que o escravo, como indivíduo, mesmo limitado por um estatuto social, conseguia espaço para negociar, manifestar-se como agente histórico, convivendo num ambiente social do qual fazia parte o seu senhor.

De acordo com a matéria veiculada no jornal “*Baixo Amazonas*”, de 8 de janeiro de 1876, o ato de fugir era um “fato intuitivo”, motivado pela “sedução”. Os escravos não agem porque os seus senhores os maltratam com castigos bárbaros, nem porque desumanos os sujeitem a serviços que vão além de suas forças, antes o escravo é também tratado como se fosse pessoa da família, porém eles fazem acariciados pelos sedutores, pelos traficantes que os

induzem a deixarem a companhia de seus senhores para viverem livres nas matas em cata de drogas, que comerciavam para fortalecerem Trombetas e Curuá, em cata de castanha, de óleo e salsaparilha.

Observando o conteúdo das falas dos escravos, percebe-se que não era essa “sedução” a razão principal de sua fuga. A intransigência, as truculências e o rompimento de acordos por parte dos senhores levavam os cativos a responderem com uma das formas mais comuns de resistência, a fuga. Rosa Elizabeth Azevedo Marin e Flávio Gomes defendem em seu artigo “Reconfigurações Coloniais: tráfico de indígenas, fugidos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (sec. XVII e XVIII), que em relação ao tráfico e à fuga de indígenas e africanos, a diplomacia alimentava maiores suspeitas e desentendimentos. Autoridades produziram visões e práticas diferentes que, de forma sutil, mostram as contradições e os poderes locais envolvidos.

Segundo Euripedes A. Funes conhecer o meio ambiente torna-se fundamental para o sucesso das fugas, os caminhos pelas matas encurtavam as distâncias em relação a rios cheios de meandros, para conhecê-los, era necessário ser mestre. Na Amazônia, a relação quilombo/meio ambiente não foi fundamental apenas para a fuga, mas, principalmente, para a sobrevivência e reprodução dos quilombos como organização social diferenciada da ordem escravista. O escravo, até então ocupado em atividades agropastoris e serviços domésticos, se viu diante de uma nova realidade, na qual, além da agricultura, devia caçar, pescar e praticar o extrativismo para garantir a sobrevivência.

O alimento adquirido junto à floresta os identificava com os animais e os gentios que dividiam o mesmo espaço. A expressão “bicho do mato” é bem, simbólica, uma forma pejorativa de se referir ao índio, significando, também, aquele que pertence à mata, filho da floresta.

Mesmo desenvolvendo uma economia voltada principalmente para a subsistência, os quilombos produziam um excedente que era comercializado com regatões ou vendido diretamente na cidade para “pessoas certas”. Através da relação comercial, os mocambeiros entraram no esquema do aviamento.

Inseriram-se no ambiente local e assumiram importância econômica no abastecimento do mercado regional, como produtores de gêneros agrícolas e extrativos. O vínculo com os centros urbanos, via comércio, fazia parte de uma rede, tecida pelos mocambeiros, que perpassava a relação com os indígenas e os *bush negoes* da Guiana Holandesa, além de interligar os vários mocambos da região.

Na medida em que o homem branco foi ampliando a ocupação do espaço, forçou o índio, em especial o que escapara da ação missionária, a recuar para áreas mais distantes, onde, livrando-se do efeito civilizatório, manteve a sua identidade e reconstruiu a sua territorialidade. Seria esse o espaço a ser ocupado também pelo negro ao fugir da ordem escravista. O encontro entre os “dois páreas da sociedade” foi marcado por momentos de conflito e de aliança.

A convivência dos quilombolas parece ter sido mais tranqüila com os grupos Caxuana e Tiriô. Por sua vez, os conflitos mais diretos ocorreram com os kahyanas, ocupantes do médio e alto Trombetas, na primeira metade do século XIX, motivados principalmente por roubo de mulheres. Essa experiência histórica de contato e integração social com vários grupos étnicos indígenas produziu a incorporação de elementos da cultura material e simbólica, principalmente dos Caxuanas do alto Trombetas e Erepecuru.

A possibilidade de se transferirem para a colônia Holandesa, onde a escravidão tinha sido abolida, não era descartada pelos quilombolas do lado brasileiro, que a utilizavam como forma de pressionar o governo no sentido de reconhecer a sua condição de libertos. Segundo o frei Mazzarino, os mocambeiros do Trombetas propuseram ao governo da província condições para se apresentarem, mantendo porém a sua liberdade.

Na realidade, os “mocambolas” como várias vezes foram designados pelos jornais, enfrentavam não apenas a sagacidade dos senhores mas, também, a burocracia, os entraves das leis e a má vontade em cumpri-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flávio dos Santos. **Reconfigurações coloniais**: tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (séc. XVII e XVIII).

BASTOS, A. C. Tavares. **Cartas do Solitário**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1935.